

Afundamento do solo em Maceió desacelera

COLAPSO EM MACEIÓ

Área de risco ampliada tira mais gente de casa

Justiça manda realocar famílias que ficaram de fora do acordo de compensação firmado pela Brasken na área da mina de sal-gema

ANDREA MALCHER

Por Foto/Estado Civil



Vista geral da região que engloba os bairros Pínelheir, Mutange, Bom Parto e Bebedouro, às margens da Lagoa Mundaú; casas abandonadas

Após um protesto, na sexta-feira, de moradores de bairros próximos à Brasken, em Maceió (AL), a Defesa Civil informou, ontem, que a Justiça determinou a realocação das famílias de 29 residências que permanecem na região por não terem sido incluídas no acordo de compensação para que deixassem suas casas. O órgão afirma que a área de risco, que inclui os bairros Mutange — sob o qual está a mina 18, alvo das maiores preocupações —, Pínelheir, Bebedouro, Bom Parto e Farol foi completamente evacuada. As comunidades de Fleiais, onde vivem cerca de 3 mil pessoas, ficaram ilhadas socialmente pela desocupação dos cinco bairros afetados pelo risco iminente do colapso do solo, em razão da exploração de sal-gema na área. Para acessar as localidades, é preciso passar pelos bairros desertos. O líder comunitário Maurício Sarmento diz que não há plano para a realocação dos moradores de Fleiais de Cama e Fleiais de Baixo. Ele alega que a prefeitura e a Brasken estariam dispensando tratamento diferente em relação a outros bairros afetados pela mineração. A própria Defesa Civil destaca, em nota, ontem, que "o bairro do Mutange, onde fica a mina 18, cuja realocação preventiva foi iniciada pela Brasken em dezembro de 2019, está desocupada sem nenhuma pessoa residindo na região desde abril de 2020".

"Temos que sair daqui, não pode ter tratamento diferenciado com outras áreas que já estão afetadas. Não aceitamos ir para abrigos públicos. O que aconteceu aqui não foi um acidente, foi um crime. Queremos sair daqui com dignidade e com indenização justa", exigiu Sarmento. A dona de casa Málhebe dos Santos Correia, de 54 anos, lamenta ter que deixar o local onde mora desde que nasceu. "Estou pensando em sair mesmo sem proteção nenhuma porque, como estou vivendo, não é jeito de ninguém viver. A gente não vive mais, não estamos dominando nem se alimentando, aqui não tem açougue, padaria, farmácia, mercadinho, não tem nada."

Ilhados

Enquanto isso, o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), o JHC, prometeu que irá apoiar os moradores dos Fleiais, para que tenham direito a uma realocação ou compensação pelo "ilhamento social" vivido. "O mapa já foi ampliado e com base nessa atualização do mapa 5, o Bom Parto teve novas famílias que serão contempladas com a última decisão repercutida pelo Ministério Público Federal e homologada pela Justiça Federal", disse o prefeito.

"Tiramos uma tese de ilhamento social porque você fica sem o mercadinho próximo, sem o açougue, sem a escola do filho, acaba perdendo toda a dinâmica de vida nas proximidades. Então, essas comunidades ficaram ilhadas, como é o caso dos Fleiais e de outras", reconheceu JHC.

"Sem realocação, com esses novos fatos, nós vamos sentar à mesa novamente, fazer todo um estudo. O Bom Parto já foi contemplado neste momento, mas, agora, vamos discutir a questão dos Fleiais, porque, de acordo com esses novos fatos, as estratégias que foram inicialmente desenhadas, que já teriam a previsão de implementar as mudanças nos Fleiais em dois anos, vão precisar ser reavaliadas", completou.

Embora o risco de colapso seja o motivo para que a Defesa Civil mantenha o alerta máximo na região, o coordenador do órgão em Alagoas, coronel Moisés Melo, afirmou, em entrevista à GloboNews, que o ritmo de afundamento do solo desacelerou, mas "poderá chegar a qualquer momento a eclodir" e que, "com certeza, atingirá a superfície". No boletim divulgado às 18h

de ontem, o deslocamento vertical da mina 18 estava em 0,7cm por hora, com um movimento de 11,8cm desde sexta-feira. Ao todo, a região afundou 1,61 metro. "A gente acredita que a cratera que surgirá após o colapso da mina" será, aproximadamente, cinco vezes o seu raio, que está hoje, em média, em 36 metros. A população que reside nesse entorno está a uma distância considerável, em média, 2 quilômetros de distância desse local, que é aqui às margens da lagoa Mundaú", explicou o coordenador.

A Defesa Civil garantiu, em nota, que não há risco de os municípios de Pilar, Coqueiro Seco e Santa Luzia do Norte, banhados pela lagoa Mundaú, serem atingidos. "Acreditamos que vai surgir uma cratera. Essa cratera será preenchida pela água da lagoa Mundaú. Não vai ser uma cratera no meio da

cidade, não vai gerar terremotos, tsunamis, nada disso. Essa cratera será, na sua maioria, submersa, preenchida de imediato pela água da lagoa", explicou o coronel Moisés à CNN. Ele ressaltou que o órgão ainda não tem como aferir a dimensão dos danos que o colapso pode provocar ao meio ambiente.

Pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) coletam amostras da lagoa Mundaú para avaliar se há alteração na água. Geólogos apontam que há contato de água com a camada de sal dentro da mina e, com a aproximação da superfície, isso poderá causar danos ambientais.

A prefeitura também está em tratativas com o ministro da Pesca, André de Paula, para a liberação de um auxílio a pescadores de Maceió que dependem da lagoa para subsistir.

Pressão para instalar CPI

Com a gravidade da situação gerada pelo risco iminente de colapso da mina 18 da Brasken em Maceió, uma antiga disputa política ganha nuances. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reforçou a pressão sobre o governo federal por ajuda para a capital alagoana. Ele já telefonou ao ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, e ao presidente em exercício, Geraldo Alckmin.

Adversário político do presidente da Câmara, o senador Benar Calheiros (MDB-AL), por sua vez, assina o tom da cobrança pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ações da Brasken. O senador destacou em suas redes sociais que "Maceió vive, há seis anos, atenuada com frequentes abalos e realocações coercitivas, ampliação das fendas e tremores". "Isso não começou ontem. Não foi da noite para o dia. A prefeitura de Maceió, evidentemente, não fez um acordo com a Brasken e com o Ministério Público, deu quitação plena à empresa, entregou ruas, praças públicas e os terrenos dos bairros afetados para uma posterior utilização no mercado imobiliário", acusou o senador. "Nesse caso, elas (as pessoas afetadas) não vivem um cenário do R\$ 1,7 bilhão pago pela Brasken à prefeitura de Maceió".

O acordo entre a empresa e a prefeitura da capital alagoana, citado por Calheiros, foi motivo para o governador, Paulo Dantas (MDB), ir ao Tribunal de Contas da União (TCU) e pedir a suspensão do contrato. Dantas, aliado de Calheiros, afirmou que o acordo é "excludente", por não incluir o governo estadual. Ele deve se encontrar com o presidente Lula assim que ele retornar da COP28.

O senador informou que, na próxima semana, estará com autoridades dos Três Poderes. "Vamos pedir agilidade na solução da tragédia, pressa na CPI e a criação de uma instância no CNJ (Conselho Nacional de Justiça), como feito nos desastres (das barragens) de Minas Gerais".

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), leu, em 24 de outubro, o requerimento de criação da CPI da Brasken, de autoria de Calheiros. O parlamentar conseguiu reunir 45 assinaturas. É a mais do que o mínimo necessário. Porém, sem a indicação dos integrantes pelos líderes partidários, a CPI está empacada. Pacheco estipulou que as bancadas indicassem seus nomes até 1º de novembro, mas somente o MDB atendeu ao pedido. Benar disse que acionará o Supremo Tribunal Federal (STF) caso os partidos não apresentem seus representantes até a próxima sexta-feira.

Lira, por sua vez, defende o acordo firmado entre a empresa e a prefeitura, comandada pelo aliado João Henrique Caldas, o JHC (PL), mas passou a defender a reposibilização da Brasken. Em vídeo postado nas redes sociais, o presidente da Câmara defendeu que o problema seja tratado "sem maiores complicações políticas". (AM)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Brasil Pagina: 6